

Nada temos a mudar na nossa política

— Presidente Joaquim Chissano, dirigindo-se ao Corpo Diplomático acreditado na RPM

15/11/86

O Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, reafirmou o compromisso político de paz defendida e seguida pelo nosso Governo, e apelo à comunidade internacional no sentido de envidar todos os esforços para o estabelecimento da tão desejada paz e segurança na África Austral. Falando perante o Corpo Diplomático acreditado em Maputo, o Chefe do Estado saudou todo o apoio solidário que o nosso País tem recebido da comunidade internacional. Pela sua importância e oportunidade, a seguir transcrevemos integralmente o discurso proferido pelo Presidente Joaquim Chissano, que respondia à alocação do Corpo Diplomático, feita pelo seu Decano, o Embaixador da Suazilândia, Christian Masuku.

Sua Excelência
Christian Masuku
Embaixador do Reino da Suazilândia;
Senhores membros do Corpo Diplomático;
Excelências;
Senhores membros do Governo da República Popular de Moçambique;
Minhas Senhoras;
Meus Senhores;

Agradeço infinitamente as palavras que acabam de me ser dirigidas pelo Decano do Corpo Diplomático.

Muito me honra a confiança e a simpatia que elas traduzem.

Nos votos formulados e no sentimento da solidariedade expresso para com o nosso povo, eu tomo as palavras aqui proferidas como a renovação do longo abraço fraterno com que a comunidade internacional nos acompanhou no luto que cobre o nosso País.

A morte do Presidente Samora Machel e as circunstâncias particularmente dolorosas e ainda não esclarecidas em que ela ocorreu, constituem um facto trágico que abalou profundamente a Nação moçambicana.

Para muitos dos nossos compatriotas, a tragédia ocorrida em Mbuzi ni pareceu fechar o horizonte, comprometendo seriamente as perspectivas de paz, tranquilidade e progresso que o Presidente Samora simbolizava.

Com o Presidente Samora desapareceram também vários companheiros nossos, dirigentes e quadros seguros do Partido e do Estado.

São Vossas Excelências testemunhas das incontáveis manifestações de dor e de desespero que nos lares, nas ruas, em toda a parte se verificaram a seguir ao anúncio da perda do avião presidencial, à confirmação da morte do nosso querido Presidente.

São Vossas Excelências também testemunhas do movimento de simpatia que desde logo nos envolveu, resgatando-nos da dor e da prostração. Não estivemos sóis.

De toda a parte do mundo nos chegou uma palavra, um gesto de conforto e encorajamento.

Chefes de Estado e de Governo, dirigentes partidários e sindicais, organizações de massas, grupos de apoio; instituições de todo o tipo, chefes religiosos, empresários, artistas, desportistas, profissionais de todas as especialidades trouxeram a Mo-

çambique a expressão inequívoca da sua solidariedade.

Foram delegações de diversos níveis, foram mensagens, foram contribuições de apoio, foram homenagens de todo o tipo.

Temos consciência de que raras vezes o calor da solidariedade terá conhecido expressão internacional tão ampla e tão verdadeiramente sentida como no nosso caso.

Nesta ocasião, quero, através de Vossas Excelências, manifestar aos Estados, povos e organizações aqui representados e a toda a Comunidade internacional, o agradecimento rendido, o reconhecimento profundo e total do Povo moçambicano, do Partido Frelimo e do Governo da República Popular de Moçambique.

Nós interpretamos a verdadeira onda de simpatia que envolveu e reconfortou a Nação moçambicana, em primeiro lugar, como o reconhecimento da estatura política e da contribuição de Samora Moisés Machel, combatente da liberdade, fundador do Estado moçambicano, estadista de visão profunda e perspicaz, defensor da paz, campeão da causa da emancipação dos povos e do progresso da humanidade.

Entendemos que está também expresso nas múltiplas formas de apoio e sentimento da solidariedade e apreciação à República Popular de Moçambique, Estado que num contexto de agressão e crescente desestabilização defende e permanece fiel à sua natureza de Estado soberano, africano, não-alinhado e socialista.

Senhores membros do Corpo Diplomático,
A política externa da República Popular de Moçambique foi desde a independência nacional orientada para a luta pela paz, pelo progresso social, pela convivência harmoniosa com todos os Estados do mundo.

Continuaremos a cooperar com todos os Estados na realização destes objectivos na base dos princípios definidos pela nossa Constituição: de não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade e reciprocidade de benefícios.

A África Austral é ainda uma zona de tensão de guerra, onde esforços em prol da paz devem continuar a ser desenvolvidos.

Continuaremos no seio da comuni-

dade internacional e em particular na linha da Frente a buscar soluções para a erradicação do colonialismo na Namíbia e do «Apartheid» na África do Sul.

O fim da política de desestabilização e de agressão da África do Sul contra os seus vizinhos são a condição fundamental para o estabelecimento da paz na zona da África Austral.

Na materialização da nossa política externa, a nossa diplomacia continua-

mente dos seus sistemas sociais e políticos.

Senhores membros do Corpo Diplomático,

O desenvolvimento económico, o progresso social e o bem-estar dos povos e países da nossa região passam necessariamente pela ruptura com as relações de dependência impostas pelo colonialismo. A República Popular de Moçambique, lado a

cia, a República da África do Sul definiu as vias de comunicação como avós preferenciais da ação dos bandos armados a seu soldo.

As ações da destruição das vias férreas, a inviabilização das vias rodoviárias, têm sido os meios utilizados por Pretória para manter, aumentar e criar até a dependência dos países do «hinterland» em relação aos portos e às redes ferroviárias e rodoviárias sul-africanas. É assim que países tão distantes da África do Sul como



O Decano do Corpo Diplomático acreditado em Moçambique, quando ontem fez a sua intervenção

rá orientada para a realização dos princípios e objectivos contidos na Carta da Organização de Unidade Africana, na Carta da Organização das Nações Unidas, e para a acção dinâmica do Movimento dos Países Não-Alinhados.

A República Popular de Moçambique continuará a dar o seu contributo na busca de meios para diminuir a tensão política em zonas marcadas pela insegurança e pela guerra.

A paz constitui uma das maiores aspirações da República Popular de Moçambique; por isso somos pelo desarmamento geral e completo.

Continuaremos a envidar esforços no sentido de se adoptarem medidas concretas para a transformação do Oceano Índico em zona de paz e desnuclearizada.

A República Popular de Moçambique continuará fiel à sua política de relações de amizade e cooperação com todos os Estados, independen-

do com os outros Estados vítimas dessa dependência, integra-se na luta pela independência económica, desenvolvendo a cooperação regional no âmbito da SADCC. A SADCC é o instrumento fundamental para a realização do nosso objectivo de sermos independentes e de promovermos o nosso próprio desenvolvimento. A SADCC não é uma declaração de guerra contra nenhum Estado da região. Ela destina-se a criar condições para o rápido desenvolvimento dos nossos países.

Nesse quadro, saudamos o apoio da comunidade internacional, em particular nos significativos esforços que têm sido feitos para garantir o funcionamento das vias de comunicação e promover o seu desenvolvimento e modernização. A rede de transportes desempenha um papel estratégico determinante no projecto da SADCC.

Por ter reconhecido essa importân-

cia, a República da África do Sul definiu as vias de comunicação como avós preferenciais da ação dos bandos armados a seu soldo.

As vias normais e naturais de acesso ao mar do Malawi, que são os portos de Nacala e Beirá, são bloqueadas através da sabotagem sistemática das linhas ferroviárias.

Senhores membros do Corpo Diplomático,

O caso do Malawi ilustra de forma eloquente as maquiavélicas maquinacões de que o nosso País tem sido vítima, bem como os demais países da região. País encravado e fundamentalmente dependente de Moçambique para o acesso ao mar, o Malawi é transformado em plataforma de lançamento dos bandos armados que desestabilizam o nosso País e destroem aquelas vias de acesso ao

Apesar da evidência destas ações e dirigidas pelos círculos burocráticos de Pretória, a República Popular de Moçambique, coerente com a sua política de paz e boa-vizinhança com todos os Estados da região, desenvolveu e desenvolverá esforços persistentes no plano diplomático para levar o Malawi a romper com as imposições de Pretória e a observar os princípios de boa-vizinhança com Moçambique. Os esforços pessoalmente conduzidos pelo Presidente Samora Moisés Machel visavam não só persuadir o Governo do Malawi a romper com os mentores e promotores da guerra e da desestabilização na nossa região, como pretenderam também claramente levar o Malawi a engajar-se na luta contra os agentes de Pretória, isto no interesse do próprio Malawi e da paz para a região.

É toda esta consistente política de paz, é toda a persistente acção diplomática do Presidente Samora Moisés Machel que é agora apreentada pelos mesmos círculos mentores e mentores da guerra e da desestabilização com conspiração contra o Malawi.

A nossa política nunca foi de guerra, foi sempre de paz. A nossa política nunca foi de agressão e de invasão de Estados vizinhos, foi sempre de boa-vizinhança, coexistência e cooperação. A nossa política nunca foi de interferência nos assuntos internos de outros Estados, foi sempre de respeito pela sua soberania.

Por isso, nada temos a mudar na nossa política e continuaremos fiéis e consequentes com esses princípios.

Na África Austral há apenas um país que promove a guerra e a desestabilização. Há apenas um país que agride, invade, interfere e coloniza — esse país é a África do Sul.

Por isso, é a África do Sul, o regime de Pretória universalmente condenado, quem deve mudar a sua política e aplicar os princípios universalmente aceites de paz, boa-vizinhança e coexistência pacífica.

Excelências,

Quando a soberania e a integridade territorial de um país são postas em causa, é dever sagrado lutar com todos os meios para defender a Pátria e o Estado.

A soberania, a independência e a integridade territorial da República Popular de Moçambique são postas em causa pela política de desestabilização, de agressão e de invasão. É nosso dever sagrado defender por todos os meios a nossa soberania, a independência e a integridade territorial do nosso país.

É isso que temos de fazer, do Rovuma ao Maputo. Na Zambézia, em Tete, em Soíala, defendemos a nossa soberania e a integridade territorial com todos os meios.

Com o Malawi não queremos guerra, queremos a paz. O Malawi deve cessar, pois, de constituir base para a desestabilização do nosso país e deve encetar uma política de boa-

vizinhança e cooperação com Moçambique. Senhores membros do Corpo Diplomático,

As circunstâncias em que se deu a trágica morte do Presidente Samora Moisés Machel ainda estão por esclarecer.

Quando do despenhamento, em território sul-africano, do avião em que viajava o Presidente Samora, o governo sul-africano apressou-se a anunciar que se tratava de um acidente. Contudo, a essa conclusão tão rapidamente propagada pela máquina informativa ao serviço de Pretória, não se seguiu a rápida desnobilização dos elementos que permitem da forma objectiva e rápida verificar as causas do despenhamento do avião. Pelo contrário, esse foi a todo um processo caracterizado por dilatórias injustificáveis e manobras dilatórias para retardar o inquérito em causa.

A angustiada preocupação do nosso povo e da comunidade internacional em conhecer as causas do despenhamento do avião é respondida com conferências de imprensa que, longe de se debruçarem sobre as reais causas do sinistro, se ocupam em julgar as vítimas.

O nosso povo e a comunidade internacional exigem que o inquérito em curso tenha acesso imediato aos elementos que permitam verificar as causas do despenhamento.

Porque ninguém esquecerá que o Presidente Samora Machel morreu em território sul-africano, em missão de combate contra o «apartheid».

Senhores membros do Corpo Diplomático,

Através de Vossas Excelências, apelamos a toda a comunidade internacional para envidar esforços no sentido de pôr termo à política de desestabilização e de guerra que Pretória move contra a República Popular de Moçambique e outros Estados da região. Esta responsabilidade deve ser assumida por todos os Estados do mundo, no interesse da paz e segurança internacionais.

A acção de Vossas Excelências é decisiva para que se alcance esse objectivo.

Após retomarmos a normalidade da vida e do funcionamento das instituições do nosso Estado, queremos assegurar a Vossa Excelências que o Presidente da República continuará a trabalhar directamente com o Corpo Diplomático para alcançar a paz, progresso e bem-estar dos povos.

Desejo a Vossas Excelências boa saúde e muitos sucessos no desempenho das vossas altas funções.

Peço que me acompanhem num brinde:

À saúde dos ilustres Chefes de Estado que Vossas Excelências representam.

À saúde de Vossas Excelências e Excelentíssimas esposas.

A Luta Continua!

Muito Obrigado.